

01

A EUROPA EM QUE ESTAMOS





FICHA TÉCNICA

AD ASTRA

REVISTA ONLINE DA UNIVERSIDADE ABERTA

Diretora

ANA PAULA AVELAR 

Universidade Aberta (UAb)

Editores

ANA PAULA AVELAR 

Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 

Universidade Aberta (UAb)

Conselho Editorial

CÉLIA DIAS FERREIRA 

Universidade Aberta (UAb)

ISABEL HUET SILVA 

Universidade Aberta (UAb)

JOÃO SIMÃO 

Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO LUPI BELO 

Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO ROSA 

Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 

Universidade Aberta (UAb)

PEDRO PESTANA 

Universidade Aberta (UAb)

AD ASTRA 2025 by [Universidade Aberta](#) is licensed under [CC BY 4.0](#)



Conselho Consultivo

BIAGIO D'ANGELO 

Universidade de Brasília (UnB)

DIONÍSIO VILA MAIOR 

Universidade Aberta (UAb)

FERNANDO COSTA 

Universidade Aberta (UAb)

JOÃO LUÍS CARDOSO 

Universidade Aberta (UAb)

KENNETH DAVID JACKSON 

Yale University

LUÍSA LEAL DE FARIA 

Universidade Católica Portuguesa

SANDRA CAEIRO 

Universidade Aberta (UAb)

SORAYA VARGAS CÔRTES 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TÂNIA FONSECA 

Kingston University

WALTER LEAL 

Hamburg University of Applied Sciences (HAW Hamburg)

Produção

Serviços de Produção Digital da Universidade Aberta

ISSN

3051-6773

DOI

<https://doi.org/10.34627/adastra.v1i1.348>



ÍNDICE

PALAVRAS PRÉVIAS

EDITORIAL

DOSSIER TEMÁTICO - A EUROPA EM QUE ESTAMOS

JOÃO VIEIRA BORGES

Europa: Desafios, Ameaças e Devir
Europe: Challenges, Threats and Future

LUÍSA LEAL DE FARIA

Desacertos culturais: idadismo, sexismo, localismo. Uma agenda cultural para a Europa no século XXI
Cultural lags: ageism, sexism, localism: A Cultural Agenda for Europe in the Twenty First Century

ANDRÉ MATOS E LUÍS MARTINS

Uma interpretação derrideana das dinâmicas de interação identitária entre a União Europeia e a Turquia no quadro do processo de alargamento
A Derridean Interpretation of Identity Interaction Dynamics between the European Union and Turkey within the Framework of the Enlargement Process

JOÃO RELVÃO CAETANO

Memória e Democracia: Reflexão sobre a política contemporânea
Memory and Democracy: Reflection on Contemporary politics

JORGE TRIGO

Entre a Memória e a Realidade: o “Mito Fundador” do Holocausto e a União Europeia do Século XXI
Between Memory and Reality: The Founding Myth of the Holocaust and the European Union in the 21st Century

MARGARIDA MARTINS

Descolonização: língua, poder e a consciencialização histórica
Decolonisation: language, power and historical consciousness

FERNANDO COSTA E JORGE BUESCU

A Matemática na sociedade europeia e a Sociedade Europeia de Matemática
Mathematics in the European Society and the European Mathematical Society

FÁTIMA ALVES E DIOGO GUEDES VIDAL

Interdependências das sociedades e da natureza nas inovações democráticas para a transição ecológica no contexto do New Green Deal - o caso do Projeto H2020 Phoenix
Interdependencies between societies and nature in democratic innovations for the ecological transition in the context of the New Green Deal - the case of the H2020 Phoenix Project

VARIA

MARIA DE JESUS PEREIRA

Emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX na imprensa diária portuense
Portuguese emigration to Brasil through the daily press on the fifth and sixth decades of the 19th century

ANDREIA GONÇALVES; ELIZABETE FERNANDES; SÓNIA RODRIGUES; TÂNIA CAIANO

Liberdade e rebeldia pela voz de Maria Teresa Horta
Freedom and Rebellion Through the Maria Teresa Horta's



ISABEL HUET, DIOGO CASANOVA, GLÓRIA BASTOS

O Papel das Microcredenciais na Formação Contínua de Professores: uma análise do Projeto CRED4TEACH
The Role of Micro-Credentials in the Continuing Professional Development of Teachers: an analysis of the CRED4TEACH project

RECENSÕES

STEFFEN DIX

Uwe Wittstock (2024), Marseille 1940: Die grosse Flucht der Literatur, München: C.H.Beck

PEDRO PESTANA

The Future Soundscape: How Pierre Schaeffer's Radical Ideas Still Need to Shape Music

TESTEMUNHO(S)

FERNANDO COSTA

Reminiscências sobre Rafael Sasportes (1960-2024)

Descolonização: língua, poder e a consciencialização histórica

Decolonisation: language, power and historical consciousness

Margarida Martins

Resumo

Em 2012 Eve Tuck e K. Wayne Yang publicaram o artigo “Decolonisation is not a Metaphor” que desconstruía a ideia de que a descolonização poderia ser um termo aplicável a todos os tipos de desigualdade e de injustiça social. Descolonização, como os autores argumentam, refere-se unicamente à experiência indígena da colonização e o processo pelo qual o que lhes foi retirado é restituído. Com base nessa premissa, este ensaio explora o vocabulário e gramática colonial e pós-colonial com o intuito de clarificar termos e a sua utilização como base para uma consciencialização sobre o que é e o que pode ser a descolonização.

Palavras-chave: descolonização, povos indígenas, colonialismo, pós-colonialismo, consciencialização.

Abstract

In 2012 Eve Tuck and K. Wayne Yang wrote the influential article, “Decolonization is not a Metaphor” which deconstructed the idea of decolonization as a term which can be applied to all inequalities and social injustice. Decolonization, as the authors argue, refers solely to indigenous peoples experience of colonialism and the process through which what was stolen from them is restituted. Taking this premise as a starting point, this essay explores the vocabulary and grammar of colonialism and postcolonialism with the aim of clarifying terms and their usage as a basis for a consciousness of what decolonization is and what it can be.

Keywords: decolonization, indigenous peoples, colonialism, postcolonialism, consciousness.

Margarida Martins

Universidade Aberta | Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa



0000-0002-3534-6787

Introdução

A artista e escritora portuguesa Grada Kilomba começa o seu livro *Memórias da Plantação* (2019) com um glossário que tem como objetivo elucidar sobre vocabulário que carrega o peso de uma herança colonial e a violência do seu significado. Kilomba propõe uma rearticulação do vocabulário à luz da consciência de um passado que deve ser reparado, começando pelo repensar e reformular da base da construção do discurso: o vocabulário. Segundo a autora, “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (Kilomba, 2019, p.14). A língua perpetua relações de poder, assim como as grandes narrativas e cânones literários utilizados para explicar e justificar o percurso que trouxe o mundo à divisão e desigualdade em que se encontra. No entanto, essa mesma língua, as narrativas e os lugares em que se constrói o conhecimento podem, e devem ajustar-se, de modo a criar o espaço necessário para outras perspetivas e versões, tornando a história mais inclusiva e mais abrangente. Não obstante a importância de um novo vocabulário no discurso e pensamento europeu, o uso destes termos é inseparável de uma responsabilidade ética. Não se pode, nem deve falar de colonização e descolonização sem perceber, de facto o significado do conceito e, sobretudo, não se deve utilizar estes termos de forma ligeira pois representam processos históricos pesados.

Em 2012 Eve Tuck e K. Wayne Yang publicaram o artigo, “Decolonization is not a Metaphor”, texto radicalmente influente ao situar a descolonização como política que defende os direitos de povos indígena. O artigo é também fundamental para quem quer uma definição epistemologicamente válida do conceito (e termo) e em relação ao seu uso devido e indevido, bem como às questões ética e politicamente corretas associadas a essas utilizações. Neste artigo Tuck e Yang defendem que

“descolonização” não deve ser um termo utilizado de forma genérica em discursos corretivos para tudo que se considera errado e/ou injusto do ponto de vista da igualdade e de direitos na sociedade e no mundo. Citando do artigo,

Paralelamente a este trabalho, temos pensado sobre o significado de descolonização do que quer e do que precisa. Uma tendência de que nos apercebemos, com uma crescente apreensão é a facilidade com que a linguagem da descolonização tem sido superficialmente adotada na educação e outras ciências sociais, passando por cima de formas anteriores de se falar sobre justiça social, metodologias críticas, ou abordagens que descentralizam perspetivas coloniais. A descolonização, que nós afirmamos ser um projeto distinto de outros projetos de direitos humanos e civis de justiça social, é demasiadas vezes inserida nas diretrizes desses projetos, sem nenhuma consideração em relação ao facto de que a descolonização procura algo diferente desses projetos (Tuck & Yang, 2012, p.12)[1].

A descolonização, segundo os autores, refere-se estritamente aos direitos indígenas, sejam esses relacionados com a devolução de terrenos apropriados por colonos ou a contribuições de académicos, intelectuais, escritores e artistas indígenas para esta área do conhecimento. Indígenas, respeitando a definição de Tuck e Yang são “aqueles que têm histórias da criação, e não da colonização, histórias que contam como nós/eles[2] vieram a estar num lugar – e como nós/eles se tornam no lugar. O nosso/ seu relacionamento com o lugar (terra) constitui as nossas/suas epistemologias, ontologias e cosmologias” (Tuck & Yang, 2012, p.6)[3]. Essa é a utilização correta do conceito e aquela que se deve respeitar. Outras utilizações contribuem para “domesticar a descolonização” (Tuck & Yang, 2012, p.3) ou para tornar a descolonização num “significado vazio que se preenche por qualquer percurso que leve à libertação”[4] (Tuck & Yang, 2012, p.7). A apropriação do termo dessa forma implica a sua subversão e reposição no centro da teoria colonial. Nessa base, os autores contendem que “a descolonização não é uma metáfora” para ser utilizada de toda e qualquer defesa da

justiça social, mesmo que de uma perspetiva crítica anticolonial e antirracista, ou mesmo para fins de redenção, atenuando a angústia e o sentido de culpa da parte dos Europeus, de um passado de opressão.

Apesar da base robusta em que assentam os princípios e argumentos de Tuck e Yang, o próprio colono (ou sociedade e cultura herdeiras de um passado colonial), precisa de mudar as suas crenças e realinhar a perspetiva crítica no que diz respeito a políticas, educação e cultura anticolonial e descolonial. É uma questão pedagógica de responsabilidade social cujo percurso tem como ponto de partida a alteração do vocabulário, do discurso e das narrativas, como afirma Grada Kilomba. Esse é o início da consciencialização que leva à modificação significativa de vários ramos da sociedade e do conhecimento que darão lugar a uma possível descolonização. O alvo dessa reformulação linguística e semântica, bem como de uma compreensão mais profunda dos significados dos termos, é a consciência e social que engloba diversas perspetivas e experiências.

Nesse sentido, este artigo pretende contribuir para este debate, defendendo um vocabulário, “novo” no discurso europeu. E a partir desse vocabulário a construção de uma gramática “nova” que dê lugar a outras narrativas e a uma história diferente. O referido vocabulário não é propriamente novo, pois conceitos como “outro”, “escravo”, “negro” ou “subalterno” já existem desde a antiguidade. O que é proposto é que esses termos, e como são utilizados, mereçam uma atenção e reflexão, passando, por exemplo, de “escravo” para “escravizado”, evitando a categorização identitária do sujeito pela condição que lhe foi imposta (Kilomba, 2019, p.20). É tanto uma questão de semântica quanto uma questão de evolução consciente do discurso, dos acontecimentos históricos, de quem é representado e de quem dá a voz. Da mesma forma, devemos ser críticos na interpretação do “pós” quando nos referimos ao colonialismo. A premiada escritora india, Arundhati Roy, afirma não se sentir

confortável com a palavra “pós-colonial” por não ter a certeza se esse período da história é realmente passado, “eu reflito sobre o termo pós-colonial. Eu também já o tenho usado, mas será que o colonialismo é mesmo “pós-”? (Roy, 2017)[5].



Fig. 1. Vikramjit Kakati -Arundhati Roy, Man Booker Prize winner

Na discussão destes temas são referidas e citadas diferentes obras do século XX e XXI, ficção e não ficção, que contribuem para a consciencialização de conceitos complexos como raça, indígenas, desigualdade e marginalização. Os autores que procurei incluir no presente artigo trazem diferentes perspetivas sobre o tema em questão identificam como indígenas, como africanos, como indianos, como portugueses, como ingleses ou outra denominação. Através da descentralização da literatura pretende-se uma maior representatividade de vozes, dando lugar a uma reconfiguração epistemológica do passado e do presente. A Europa é um continente com uma história imperialista pesada. O passado não se corrige, mas é possível adotar atitudes reparadoras no presente que contribuam para a descolonização da cultura, do conhecimento, dos direitos e para um discurso mais inclusivo e justo.

1. Explicar a descolonização

Descolonizar é o processo pelo qual se eliminam as estruturas coloniais. Atualmente, o termo é utilizado para definir uma metodologia crítica aplicada ao ensino e à investigação que tem como objetivo a descentralização e (des)européização do pensamento, da história e da literatura. Ouvimos falar nos media e lê-se em diversas obras, em trabalhos científicos e em programas universitários de: descolonizar o currículo, descolonizar a mente, descolonizar as metodologias de ensino e de investigação. Estas propostas metodológicas descolonizadoras pretendem formas de interpretar e conhecer a língua, a literatura, as artes, a cultura e a história que contribuem para a desconstrução de ideologias coloniais que têm dominado estas áreas científicas. A descolonização curricular implica um debate académico que tem envolvido escritores, académicos, investigadores, artistas, estudantes e ativistas e que tem como objetivo alargar a oferta de programas universitários, tornando-os mais inclusivos de vozes BAME (Black, Minority and Ethnic), sobretudo no campo da literatura e da reinterpretação da história, mas não só.

O século XX testemunhou o fim do domínio colonial europeu de muitas nações em África, no Médio Oriente, na Ásia, e nas Caraíbas enquanto países europeus assistiram à criação de "novas" nações independentes. A América do Sul já teria passado pela descolonização do Brasil e de outros estados ocupados pelo Império Espanhol no século XIX. Com o fim da era colonial nasceu um discurso pós-colonial que se estendeu pelos meios culturais, literários, académicos e políticos que defendia o nascimento de novos territórios (que não eram novos, mas agora desocupados) novas culturas de apropriação de formas e línguas num ideal pós-colonial. Frantz Fanon, pensador e psicanalista, nascido na Martinica em 1925, foi uma figura importante nos movimentos anticoloniais e descoloniais em África. Teve um papel influente na Guerra da Independência Argelina entre 1954 e 1962 e através dos seus escritos, onde denunciava a violência

dos colonizadores franceses na Argélia, despertou a consciência social e política de sujeitos colonizados. Obras de Fanon como *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e *Os Condenados da Terra* (1961) são fundamentais na definição do pensamento anticolonial e descolonial. Como Fanon, outros autores tiveram influência nos movimentos que levaram ao fim da era colonial e a gerar uma corrente de pensamento e discurso pós-colonial e descolonial. No entanto existe uma afirmação comum entre críticos de que as sociedades pós-coloniais continuam, de uma certa forma, sujeitas a neocolonialismos, mesmo que estes se manifestem de forma subtil, e que a independência não resolveu a questão colonial (Ashcroft, Griffiths & Tiffin, 2006, p.5). Gayatri Spivak, pensadora e académica na área dos estudos subalternos e feministas, também já afirmou que o processo de descolonização na Índia tende para as estruturas coloniais a que a nação e o povo estiveram sujeitos. Estas tendências contrariam o princípio que rege o processo de descolonização e o discurso pós-colonial que tinha como objetivo eliminar o legado colonial e reconstruir as identidades culturais a nível local quanto nacional das nações descolonizadas.

2. O que se entende por pós-colonialismo?

O pós-colonialismo procurava "encontrar o vocabulário apropriado para descrever as experiências e histórias de um grupo específico de indivíduos e grupos sociais que tinham sido desapropriados e explorados pelo colonialismo europeu"^[6] (Morton, 2009, p.3). No contexto cultural, eram idealizados cenários pós-coloniais da reapropriação de terras, do (re) nascimento da nação, da reorganização da ordem social e sistemas políticos, como no caso da Índia e das ex-colónias portuguesas no continente africano. No entanto, o período a que se refere o pós-colonial (depois do colonial) carrega ainda uma presença, e um peso desconfortável, do imperialismo, visível nas estruturas, instituições e na divisão e desigualdade social, assim como no racismo sistémico enraizado na sociedade e no

sistema político. Pós-colonialismo, em termos culturais e artísticos, serviu como marca genérica para definir a produção criativa de artistas, escritores e realizadores de cinema que surgiram com a independência, assim como a literatura de base teórica que acompanha estas expressões culturais e artísticas. Essas manifestações culturais e artísticas, no entanto, não se conseguiram distanciar das formas e da língua introduzidas (impostas) pelos colonizadores. Pelo contrário, a produção literária, sobretudo, mas também de outras artes, apropriou-se da linguagem dos colonizadores, também como forma de resistência, numa tentativa de reconstrução da identidade nacional. A utilização da língua e das formas trazidas pelos colonizadores resultava também da procura por mercados ocidentais e da expectativa de que autores teriam de ganhar maior visibilidade e público a nível internacional. Nesse sentido, uma nova identidade, que se definiu pela apropriação da língua e formas do colonizador, como expressão de resistência e de identidade pós-colonial, emergia num contexto pós-colonial no sentido de “*the empire writes back (with a vengeance)*” (Ashcroft, Griffiths & Tiffins, 1989; Rushdie, 1982).

A “gramática e vocabulário” num contexto pós-colonial surgiu como forma de representação das mudanças sociais, políticas e culturais na literatura após a independência. O termo “pós-colonial” tornou-se numa metáfora para um ideal de mundo novo onde as desigualdades, a opressão e a instabilidade trazida pelos colonizadores deixa de existir. No entanto, as contradições e ambiguidades persistiam. Romances e poesia, escritos na língua do colonizador – Inglês, Francês, Português – agarrawam-se às heranças coloniais e seguiam as regras e demanda de um público ocidental. Esta tendência, embora sustentasse uma autonomia face ao colonizador, também refletia uma relação de dominado/dominante que perdurava mesmo num contexto histórico e político pós-colonial. Já avançadas duas décadas do século XXI, e quando muitas das nações que foram colonizadas já têm a independência há mais de 50 anos, é difícil

pensar ainda em termos pós-coloniais como uma classificação para a literatura oriunda de países como Índia, Angola, Nígeria, Moçambique, Argélia, entre outros. Faz mais sentido, talvez, referirmo-nos a literaturas escritas na língua do colonizador como anglófonas, lusófonas ou francófonas. E, além disso, o discurso pós-colonial ou falar no pós-colonial como classificação para toda a produção artística, literária e teórica que surge após a época colonial, já não é nem suficiente nem coerente no debate atual. É importante alargar o espaço e o pensamento de forma que literaturas escritas em línguas vernáculas, artes tradicionais e mesmo práticas orais e rituais sejam reconhecidas e representativas dos grupos sociais que compõem países que foram colonizados. O local, indígena e o vernáculo estão a acomodar-se no vocabulário e gramática do discurso pós-colonial, descolonial e anticolonial. O enfoque estende-se além do “pós” para uma melhor compreensão do “antes” e “durante” da presença colonial para revelar, como argumenta Elleke Boehmer, que não existiu uma invasão e destruição total da identidade local. A possibilidade da coexistência de uma pluralidade de identidades culturais contribui para a desconstrução do pensamento colonial, de relações de poder, de hierarquias e das grandes narrativas que têm vindo a dominar os meios culturais e académicos na Europa (e Ocidente).

Presentemente, o pós-colonialismo representa uma forma de conscientizar para a violência psicológica, social e política do colonialismo e repercussões que se verificam nas sociedades contemporâneas. Tem também como base fundamental o objetivo de criar o espaço para vozes previamente silenciadas se manifestarem (se assim entenderem, porque seria mais uma vez uma atitude opressora dos países colonizadores, se isso acontecesse pela imposição) sobre experiências do passado e presente e de como estas duas posições interagem. Assim como na literatura pós-colonial, o princípio continua sendo o da resistência e de apropriação de uma autoria perdida durante o colonialismo, e agora recuperada. No entanto, há uma mudança

na forma como se manifesta essa resistência, que tem como base a noção de agência, de voz e de interação com o espaço que se habita.

3. Equívocos da descolonização

É difícil escrever sobre estes temas, conhecendo a sua relevância, crendo nos seus princípios, mas simultaneamente sabendo que o que me define como académica portuguesa, é um passado de escravatura e de colonização. Como argumentou Janet Mawhinney na sua tese (1998)^[7], há um privilégio branco no discurso antirracista e nas pedagogias que pretendem a libertação do pensamento opressivo, mas cujas ideias, por mais verdadeiras e urgentes que sejam, não passam da teoria e não são postas em prática fora da sala de aula. Mawhinney fala do que ela classifica como “moves to innocence”, ideia subsequentemente desenvolvida por Tuck e Yang, que consiste de diferentes formas em que descendentes de culturas/nações de colonos tentam redimir-se com o passado. A autora defende o pós-estruturalismo pela sua capacidade de desconstruir ideias universais e transversais que tendem a homogeneizar a experiência. Citando, a autora, “a força do pós-estruturalismo, no meu entender, reside na análise complexa de operações de poder no desenvolvimento da subjetividade, experiência e sabedoria” (Mawhinney 1998, 11)^[8]. Tuck e Yang elucidam sobre seis tipos de atitudes que eles consideram como exemplos de “move to innocence”. Uma dessas, que se encaixa nos argumentos aqui apresentados, define-se pelo discurso “equivocado” (Tuck & Yang, 2012) utilizado frequentemente no meio académico e sociopolítico. Por equivocação, os autores entendem, a generalização dos conceitos, como por exemplo, na classificação de todos os tipos de opressão como “colonização” sem especificar a relação entre colonizado e colonizador (Tuck & Yang, 2012, p.17). Na mesma lógica, e ainda segundo os argumentos de Tuck e Yang, a “banalização” do conceito de descolonização também gera equívocos e ambiguidades.

Outro equívoco é situar o discurso num enquadramento teórico descolonial sem nunca pôr em prática essa epistemologia. Estamos a falar de uma ocupação histórica de lugar/terra que pertence a outros e da possível saída dos “brancos” ou “colonos” dos territórios que ocuparam. A questão nem é se isso seria uma hipótese praticável ou não, mas que simplesmente não é se quer uma hipótese considerada. A descolonização não passa de um conceito abstrato, de uma metáfora.

Considerando a dificuldade na concretização do projeto descolonial, não deixa de ser essencial a educação para a consciencialização anticolonial, anti-racial e antidiscriminação. No seu artigo, Tuck e Yang, parafraseando Alexander (2002, 91), referem a importância da “fluência” no conhecimento das histórias e lutas de cada um (2012, p.30). Não obstante, esse conhecimento e consciencialização, segundo os autores, por si só não conduz à descolonização. Contudo, modificar a abordagem, alargar a perspetiva e repensar os programas curriculares, a literatura, as artes, a história, a cultura e as metodologias, é um ponto de partida fundamental para o início do combate contra a violência do colonialismo. Neste sentido, vários escritores, académicos, ativistas e estudantes, envolveram-se em movimentos pela descolonização, como metáfora, mas também como ponto de partida para uma verdadeira possibilidade de descolonizar. Arundhati Roy, Hanif Kureishi, Kamila Shamsie, entre outros escritores anglofones pós-coloniais uniram as suas vozes em protesto pela descolonização dos departamentos de literatura inglesa. Como argumenta a académica Priyamvada Gopal “monoculturas não resultam em bom pensamento e são por si uma forma política identitária letal ausente de marcação” (2021, p.887)^[9]. Este grupo de escritores exigem que os programas curriculares se estendam para além dos limites existentes alegando, que a cultura não deve ser construída sobre uma base colonial. Nesse sentido, percebe-se que ainda há muito por descolonizar e o conceito adquire um novo objetivo aplicável à cultura dentro do território

do colonizador e colonizados. Como argumenta Gopal, utilizar a descolonização como conceito aplicado às universidades e programas curriculares, “não é uma panaceia, e não é, certamente, um substituto para restituições materiais, sejam essas a favor pela remoção de terras ou da escravatura, e não é um escape para o que muitas vezes se chama indiferentemente de ‘culpa pós-colonial’. Não é um processo reconfortante e só pode ser um processo, uma interrogação contínua, e não um estado terminado ou final” (2021, p.880). Descolonizar a mente, descolonizar a universidade, descolonizar os museus, são partes importantes de um processo contínuo pela descolonização. O movimento cultural e artístico foi especialmente relevante e marcou o início da descolonização como processo que desafia estruturas coloniais nas universidades, instituições, museus e de outros espaços públicos (Craps, 2020, n.p.).

4. #Rhodes Must Fall



Fig. 2. Desmond Bowles – Removal of the statue of Cecil Rhodes (sculptor: Marion Walgate) from the campus of the University of Cape Town, 9 April 2015

O movimento estudantil *Rhodes Must Fall* começou com um protesto violento de estudantes na Universidade de Cape

Town em 2015 que exigiam a remoção da estátua de Cecil Rhodes. Rhodes foi um político e homem de negócios do império britânico que teve um papel fundamental na apropriação de terrenos na África do Sul, e no negócio de diamantes (BBC). Muitos sul africanos, estudantes e académicos, vêm a estatua dele como forma de perpetuar atitudes racistas que defendem a supremacia branca. Derrubar a/uma estátua é um gesto simbólico, mas uma metáfora importante na transformação da(s) universidade e outras instituições criando espaços mais inclusivo. O movimento recebeu atenção mundial e depressa se estendeu a outras instituições na Europa e Estados Unidos da América, incluindo as Universidades de Oxford e de Harvard, provocando um debate sobre a descolonização das instituições de ensino superior do mundo e dos programas curriculares. Este movimento tem vindo a ganhar terreno na esfera intelectual e nas redes sociais com o hashtag #RhodesMustFall e a incorporar outras áreas da esfera cultural,social e política, e a unir estudantes, académicos, escritores, artistas,e políticos numa causa comum.

O movimento foi iniciado por estudantes BME [Black and minority ethnic] que se sentiam deslocados culturalmente em instituições de Ensino superior por não se identificarem com os conteúdos programáticos das disciplinas de história, nos estudos de língua, literatura e cultura. O pressuposto que defendiam era que o que é ensinado nas disciplinas de história e de literatura deveria ter uma abordagem mais ampla e abrangente, mais representativa de todos os envolvidos na construção dessas narrativas até então centradas na perspetiva europeia e, consequentemente, resultando e perpetuando numa visão colonial. Isto não implicava necessariamente que a história colonial fosse retirada dos programas universitários, mas que fosse alargada de forma a acomodar outras perspetivas e experiências, nomeadamente dos povos colonizados. A própria história colonial pode e deve ser interpretada da perspetiva dos colonizados, dos escravizados e dos oprimidos durante esse período da história mundial e não só de uma perspetiva eurocentrista e ocidentalizada. Alargar

a história à representação de sujeitos previamente excluídos e silenciados, é, como argumento Gopal, uma questão de responsabilidade moral; não fazê-lo é não só politicamente incorreto como demonstra defeito intelectual (Gopal, 2021, p.887).

5. Raça como construção social

A questão de raça é complexa e sofre de uma carga histórica pesada, marcante e estigmatizante que dificilmente se altera com atitudes reparadoras como a reformulação da língua e dos seus significados. Contudo, essa redefinição ou consciencialização da forma como utilizamos a língua é um passo importante no processo da descolonização do pensamento (fazendo referência à obra de 1986 *Decolonizing the Mind* de Ngũgĩ wa Thiong'o) e na construção de um caminho para alguma mudança possível.

Regressando aos argumentos de Tuck e Yang, os autores entendem a questão de raça como uma construção social que resultou/a na inferiorização de povos indígenas e grupos étnicos ao longo dos séculos, e ainda atualmente, de acordo com o interesse do colonizador e esclavagista. No que diz respeito à pigmentação de pele, a “negritude” (*blackness*), tende a manter-se de geração para geração, mesmo a “expandir” (Tuck & Yang, 2012, p.12) por exemplo na questão racial dos afro-americanos nos Estados Unidos, enquanto no caso de povos indígenas, pela questão da legitimidade à terra, o grau de “indigenização” tende a diminuir. Desta forma, o direito à terra perde-se com a redução de indigeneidade, segundo a lógica do colono. Como afirma o escritor e crítico Thomas Chatterton Williams no seu livro *Self-Portrait in Black and White – Unlearning Race* (2019) “I have spent my whole life earnestly believing the fundamentally American dictum that a single “drop of black blood” makes a person “black” primarily because they can never be “white”. I say fundamentally American, because elsewhere it is not the same. In Brazil, for example, a drop of “white blood” makes someone

not-black” (2019, p.2)[10]. Esta citação, assim como os exemplos de Tuck e Yang demonstram como a questão de raça se constrói de acordo com interesses políticos e/ou económicos sobre quem tem acesso a quê e ligados a alegações de legitimidade ou falta de legitimidade à terra. Essa construção social estende-se à conotação ideológica que é aplicada na língua aquando a classificação de pessoas.

Existe, nos tempos atuais, uma crescente preocupação com o politicamente correto, com a língua, com o discurso e com os termos utilizados, resultante de uma cultura “woke”. Preservar um discurso que reflete heranças coloniais é sinal de falta de consciência dos horrores do passado pode ter impacto no presente, sobretudo numa sociedade onde tudo é público. Falar do horror da época colonial ecoa as palavras do Coronel Kurtz na novela de Joseph Conrad, *Coração das Trevas* (1902) (*Heart of Darkness*) sobre a colonização e escravização no Congo, adaptado a cinema no filme realizado por Francis Ford Coppola, *Apocalypse Now* (1979) “o horror, o horror”. E é desse horror da racialização da humanidade, da escravização, da discriminação, da marginalização, da opressão e dominação de “negros” africanos, de indígenas “americanos”, e de indianos do sudoeste asiático, para mencionar só alguns exemplos do passado (para não falar de formas atuais de escravatura e colonização), para qual é necessária uma atitude reparatória e de restituição do que lhes foi retirado (roubado) ao longo dos anos.

Assim como Grada Kilomba, outros autores incluem prefácios, glossários e notas introdutórias onde explicam a utilização de termos que classificam e que definem pessoas pela história (e consequência dessa história) e de como ficaram marcados. Williams, por exemplo, inicia o seu livro com uma nota onde se lê,

Neste texto, tentei criar suspeita e rejeitar termos (e os seus sinônimos) como “branco,” “negro,” “mestiço/misturado,” “bi-racial,” “Asiático,”

"Latino," "monoracial," etc. Escrevi esses termos entre aspas. Mas, por uma questão de compreensão, inevitavelmente tenho de me sujeitar às convenções descritivas da língua e, nalgumas instâncias, identificar as pessoas da forma como são conhecidas na linguagem comum." (2019, xii)[11]

Acredito que esta forma de explicar o vocabulário que é utilizado nos textos é fundamental para a clarificação de termos, da sua história, da sua correta utilização em linguagem comum e académica. A palavra "Negro", que pode causar desconforto pelo seu significado histórico associado a violência, foi introduzida pelos Portugueses e Espanhóis e ficou "negro" na língua inglesa. Esta palavra entrou em desuso entre os anos 1960 e 70 e é, atualmente, considerada ofensiva em países de língua inglesa. Tem sido substituída por outra terminologia como Afro-American, African American e por Black (com maiúscula) que se tornou num termo identitário e de empoderamento deste grupo social. No entanto, na língua portuguesa, é importante mencionar este facto, a tradução de "black" é negro e não "preto" (também ofensivo em português), sendo este um termo que carrega um fardo de violência e de inferiorização, e que, infelizmente, mantém a língua portuguesa num contexto de discurso colonial. Estas são algumas das definições que constam no glossário de Kilomba previamente mencionado neste artigo.

6. Histórias silenciadas



Fig. 3. Jacques Etienne Arago - Castigo de Escravos, 1839

O historiador João Pedro Marques, no seu livro *Escravatura – Perguntas e Respostas* (2017) assim como Kilomba e Williams, também esclarece os termos que utiliza, e como são utilizados, no seu livro. No prefácio do livro o autor escreve, "Não quero terminar este prefácio sem deixar uma nota sobre a palavra "escravatura", de que abusamos e que geralmente usamos de forma confusa ou muito imprecisa" (Marques, 2017, p.15). Escravatura, continua Marques, significa o comércio ou tráfico de pessoas (escravos). "Escravidão", a condição de ser "escravo" muito mais do que a perda de liberdade, significa a perda total da condição humana, e do estatuto de pessoa. Um "escravo" é considerado propriedade de outra pessoa e não tem posse sobre a sua vida e destino. Como afirmam Tuck e Yang, o escravo é uma comodidade deseável, mas não o corpo ou pessoa que está por baixo (2012, p.6). Esse pode ser punido, violentado e morto.

O escravo, assim como o indígena colonizado, são pessoas condenadas a um silêncio histórico. Embora hoje se conheçam as condições desumanas a que foram sujeitos, há poucos ou nenhum relatos e testemunhos da sua experiência. Kilomba usa a máscara como exemplo literal e metafórico do silenciamento forçado dos escravos. A autora conta a história de Anastásia, levada de Angola para o Brasil como escrava e forçada a utilizar uma máscara de ferro na cara que a impedia de falar (Kilomba, 2019, pp.35-36). Essa imagem da máscara de ferro é, mais um símbolo do "horror" do colonialismo e da escravatura pelo qual pessoas foram violentamente excluídas da história, proibidas de falar da sua experiência, de denunciar toda a agressão a que foram sujeitas e impedidas de exprimir a sua dor e sofrimento físico e psíquico. "Ainda assim," como escreve Marques, "existem suficientes elementos indirectos para se perceber a enorme dor psicológica que o tráfico implicava. A angústia, a ausência de esperança, a perda das pessoas queridas, associadas a grande debilidade e agonias físicas" (2017, p.69).

O silêncio representa a ausência e falta de representação (autêntica) destes grupos subordinados na história, na literatura, no cinema e outras artes. As suas vozes foram silenciadas, e não existem vestígios da sua presença – inclusive, e nem que fosse, no papel que tiveram no desenvolvimento da agricultura, da indústria e na riqueza dos impérios. Enquanto há estátuas de figuras como Cecil Rhodes nos campus universitários, não há nem estátuas nem quadros de escravos nos corredores das universidades ou das instituições culturais e políticas. A inclusão da história dos oprimidos não tem de substituir as grandes narrativas das vitórias e conquistas eurocentristas, mas devem ser documentadas, conhecidas e estudadas.

O realizador de cinema Neozelandês Taika Waititi, no seu discurso no evento de “The Hollywood Reporter – Raising Our Voices” em 2023 falou da questão de diversidade e inclusão que também está a “invadir” a produção de cinema. Waititi fala do perigo de se querer ser demasiado inclusivo em Hollywood, de quem tem o direito de decidir como é feita essa inclusão e quem dá voz a quem. Retirando partes do discurso do realizador de cinema para exemplificar este argumento, cito:

Instead of diversification of the screen, the thing that I really want to see, what I strive for and hope for, is a term coined by my mentor, Merata Mita, who was the first indigenous and first female filmmaker to come out of New Zealand and she was an activist and she paved the way. She blazed the trail and I'm blaze-trailing her. She was the one who started it all and the term she loved to use was “decolonizing the screen”. (...) but don't put a Polynesian in your thing just because you feel you need to. It has to make sense. (...) What I really want to see is a fully Polynesian controlled, Polynesian story, that's written by and show-run by, show-run by (...) don't give us a white showrunner to tell us the rules and tell us how to do things. Let us figure it out and let us figure out the structure of the story in our own way from our own experience. And by decolonizing the screen, what I mean is: just don't make it so white. (Youtube, 2023) [12]

Como já foi aqui discutido, a descolonização é um processo histórico, mas isso não significa que existe uma fórmula pela qual os acontecimentos se desenrolam e todo o mal é resolvido. Numa lógica de materialismo dialético existem aqui duas forças opostas, mas a sua dialética não resulta necessariamente numa resolução fácil. Também não há nenhuma varinha mágica (Tuck & Yang) que desfaça toda a história da colonização e apague os horrores e violência cometida. É um processo histórico, sim, mas, longo e que envolve cedências, diálogo e abertura. Na continuação do seu discurso, Waititi faz afirmações que podem parecer polémicas e radicais, mas dentro da lógica da descolonização, representam a vontade legítima de quem foi silenciado, marginalizado, excluído e violentado ao longo dos séculos.

Conclusão

Frantz Fanon argumenta que a descolonização implica a urgência de desafiar a condição colonial (2004, p.2). Apesar do fim da escravatura e do fim da era colonial referenciados pela história, muitas das estruturas que definiram essas eras perduram. Persiste a urgência de desafiar a condição colonial sobre qual Fanon escreveu em 1961, condição essa que desumanizou homens e mulheres, retirou-lhes a identidade, o estatuto e a sua terra. A colonização foi alcançada com meios violentos, com a imposição de um estado de privação total, a destruição do “fábrico indígena social”^[13] e cultural, mas a descolonização não precisa de ser concretizada da mesma forma. Se considerarmos em termos Marxistas que a descolonização é um processo histórico, então há desde já a certeza de que essa mudança vai acontecer. No meu entender, são necessárias três fases do processo: 1) uma consciencialização de ambos os lados – do lado do colonizado, essa consciência já existe há décadas, mesmo séculos, 2) a coragem de se olhar, e aceitar, um futuro diferente para ambos lados e 3) uma reformulação do discurso e dos sistemas que os gerem, mesmo que isso passe por uma

reorganização das instituições (educação, cultura, política).

A consciencialização passa por um acordar e re-conhecer da condição humana do colonizado, “nesse mesmo momento quando descobrem a sua humanidade, começam a afiar as armas e a garantir a vitória” (Fanon 2004, p.8). É curioso que neste processo de consciencialização há dois momentos importantes. O primeiro é a consciência da diferença, da inferioridade, imposta pelo colonizador como parte do seu projeto imperial. O pequeno livro *Consciência Negra* (2020) escrito por Paulo José Miranda conta a história de Zumbi, sucessor de Ganga Zumba, líder do Quilombo de Palmares na Serra da Barriga no Brasil, e do momento em que tomou consciência da sua “negritude”. Citando o livro, “Francisco[14] não sabia que era negro. Esse conhecimento, o conhecimento de que existia uma coisa chamada negro, aconteceu no dia fatídico em que entraram pela igreja adentro, interromperam a missa da tarde, uns soldados que se preparavam para subir à serra, em busca de conseguirem capturar alguns escravos” (Miranda, 2020, p.15). Foi nesse momento que Francisco “levou com duas palavras em cima, que lhe abriram buracos fundos na cabeça” (Miranda, 2020, p.16). Essa consciência da sua condição imposta de “escravo”, “negro”, “animal”, “objeto” leva a um segundo passo na consciencialização de que seria necessária uma revolução que levasse à mudança e ao fim do estado de colonizados. A partir desse momento, Francisco abandona a sua vida junto do Padre Jesuíta e vai juntar-se a Ganga Zumba no Quilombo de Palmares, passando a chamar-se Zumbi “aquele que volta dos mortos” (Miranda, 2020, p.21). Esse despertar da consciência é um passo fundamental no processo da descolonização, mas que se tornou, infelizmente, consequência de outra consciência devido a uma condição imposta.

É difícil não continuar a pensar nestas questões e em como ideologias coloniais resultantes de relações de poder continuam a resultar na ocupação de territórios, em guerras violentas e

na morte de milhares de civis e inocentes. Para a grande parte das pessoas que defendem a descolonização, possivelmente esse conceito, de facto, não passa de uma metáfora, ou uma abstração vista ao longe, e a possibilidade de restituir terras e direitos a essas terras fica cada vez mais difícil de concretizar com interesses políticos e económicos. A consciencialização parte de uma mudança radical no vocabulário de todos nós, no discurso e no pensamento europeu e mundial, mas também que essa gramática que se espalha pelo mundo dê origem não só a uma mudança intelectual, mas uma mudança na prática, nos sistemas políticos e sociais e alimente a esperança de um mundo mais justo. A descolonização é uma questão semântica, ontológica e epistemológica, mas de nada adianta se não for alcançável na prática.

Referências bibliográficas

- ASHCROFT, B., Tiffin, H., Griffiths, G. (1989). *The Empire Writes Back – Theory and practice in post-colonial literatures*. Routledge.
- ASHCROFT, Bill et al, (2006). “General Introduction” *A Postcolonial Studies Reader*. Routledge, p. 1- 4.
- COPPOLA, F.F. (Diretor). (1979). *Apocalypse Now*. [filme].
- CRAPS, S. “Decolonizing English Literature.” *Collateral*. 25 Nov 2020. <https://collateral-journal.com/index.php?cluster=26> [1.10.2024].
- FANON, Frantz. (2004). *The Wretched of the Earth*. (Richard Philcox, Trad.) Grove Press
- GOPAL, P. (2021). On Decolonisation and the University. *Textual Practice*, 35(6), 873–899. <https://doi.org/10.1080/0950236X.2021.1929561>
- KILOMBA, Grada. (2019). *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. (Jess Oliveira, Trad.) Cobogó.

MARQUES, J.P. (2017). *Escravatura. Guerra e Paz.*

MAWHINNEY, J. (1998). 'Giving up the Ghost': Disrupting the (Re)production of White Privilege in Anti-Racist Pedagogy and Organizational Change. National Library of Canada.

MIRANDA, P.J. (2020). *Consciência Negra*. Nova Mymosa.

MORTON, S. (2009). *States of Emergency: Colonialism, Literature and Law*. Liverpool University Press

PARKINSON, J. "Why is Cecil Rhodes such a controversial figure?" BBC, 1 de Abril 2025. <https://www.bbc.com/news/magazine-32131829> [29.09.2024].

ROY, A. & Sejpal, A. (2019). "How to Think About Empire" Boston Review. <http://bostonreview.net/literature-culture-global-justice/arundhati-roy-avni-sejpal-challenging-%E2%80%9Cpost-%E2%80%9D-postcolonialism>

THE HOLLYWOOD REPORTER. (2023). Taika Waititi Addresses Hollywood's Issues in Diversity & Inclusion: "What's Taking So Long?" <https://www.youtube.com/watch?v=IwR8AwuQ7Cw>

TUCK, E. & Yang, K.W. (2012). Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*. Vol.1, No. 1, 2012, pp. 1-40.

WILLIAMS, T.C. (2019). *Self-Portrait in Black and White – Unlearning Race*. W.W. Norton & Company.

Notas

- [1] Tradução do autor. No original: Alongside this work, we have been thinking about what decolonization means, what it wants and requires. One trend we have noticed, with growing apprehension, is the ease with which the language of decolonization has been superficially adopted into education and other social sciences, supplanting prior ways of talking about social justice, critical methodologies, or approaches which decentre settler perspectives. Decolonization, which we assert is a distinct project from other civil and human rights-based social justice projects, is far too often subsumed into the directives of these projects, with no regard for how decolonization wants something different than those forms of justice. (Tuck & Yang 2012, 12)
- [2] Eve Tuck e Wayne K. Yang fazem esta distinção de pronomes devido ao facto de Eve Tuck ser uma académica indígena e Wayne Yang um académico “colono” a escrever em conjunto, como explicam no próprio artigo.
- [3] “Indigenous peoples are those who have creation stories, not colonization stories, about how we/they came to be in a particular place - indeed how we/they came to be a place. Our/their relationships to land comprise our/their epistemologies, ontologies, and cosmologies.” (Tuck & Yang 2012, 6)
- [4] Tradução do autor. No original: “Decolonization as metaphor allows people to equivocate these contradictory decolonial desires because it turns decolonization into an empty signifier to be filled by any track towards liberation” (Tuck & Yang, 2012, p. 7).
- [5] Tradução do autor. No original: And then I wonder about the term postcolonial. I have often used it, too, but is colonialism really post-? (Roy 2019)
- [6] Tradução do autor. No original: “find the critical vocabulary that is appropriate to describe the experiences and histories of particular individuals and social groups, who have been historically dispossessed and exploited by European colonialism.”
- [7] Tive conhecimento desta tese no artigo de Tuck e Yang. A tese está disponível em repositório aberto pela Biblioteca Nacional do Canadá em <https://hdl.handle.net/1807/12096>
- [8] Tradução do autor. No original: “The strength of poststructuralism, in my view, lies in a complex analysis of the operations of power in the development of subjectivity, experience and knowledge” (Mawhinney 1998, 11).
- [9] Tradução do autor. No original: “Monocultures do not produce good thinking and are in themselves a lethal form of unmarked narrow identity politics.” (Gopal, 2021, p.887).
- [10] Tradução do autor. No original: “Monocultures do not produce good thinking and are in themselves a lethal form of unmarked narrow identity politics.” (Gopal, 2021, p.887).
- [11] Tradução do autor. No original: I have tried to cast doubt on and reject terms (and their synonyms) such as “white,” “black,” “mixed,” “biracial,” “Asian,” “Latino,” “monoracial,” etc., throughout this text. I have frequently placed them in quotation marks. But for comprehensibility’s sake, inevitably I also have to fall back on our language’s descriptive conventions, identifying people in some instances as they are commonly understood.” (2019, xii)
- [12] Taika Waititi Addresses Hollywood’s Issues in Diversity & Inclusion: “What’s Taking So Long?” <https://youtu.be/lwR8AwuQ7Cw>
- [13] No texto original lê-se, “indigenous social fabric” (Fanon 2004, 6).
- [14] Zumbi foi comprado aos 6 anos por um Padre Jesuíta que o batizou de Francisco, ensinou a ler e escrever.

